

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e  
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICA S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2025

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas e Diretores da  
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.  
Pedra Grande - RN

### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Ventos Fortes Geradora Eólica S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

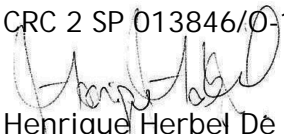


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - RN

  
Henrique Herbel De Melo Campos  
Contador CRC 1 SP 181015/O-3 - S - RN

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICAS.A.  
CNPJ: 12.985.237/00001-58  
Balanços patrimoniais individuais e consolidados  
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024  
(em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1	185	7	Fornecedores	9	466	328	530	1.502
Aplicações financeiras	4	481	713	47.806	46.118	Financiamentos	10	-	-	31.104	28.442
Contas a receber	5 e 11	-	-	7.485	7.240	Obrigações tributárias	2	2	1	1.690	1.508
Estoques		-	-	103	79	Dividendo a pagar	11	4.123	5.547	4.123	5.547
Impostos a recuperar		10	6	167	155	Partes relacionadas	11	-	-	-	-
Dividendo a receber	11	4.120	5.536	-	-	Arrendamentos a pagar	8	-	-	949	873
Despesas antecipadas		-	-	1.538	973	Contas a pagar		-	-	5.000	-
Outras Contas a Receber		-	-	-	-			4.591	5.876	43.396	37.873
		4.612	6.257	57.285	54.572	Não circulante					
Não Circulante						Financiamentos	10	-	-	202.308	229.146
Contas a receber		-	-	5.712	5.315	Partes relacionadas	11	4.368	17.948	4.368	17.948
Depósitos Judiciais		-	-	93	93	Provisão para desmobilização	8	-	-	3.767	3.504
Partes relacionadas	11	9.873	9.873	-	-	Arrendamentos a pagar		-	-	21.349	20.952
Investimentos	6	338.256	338.240	-	-	Contas a pagar	8	-	-	-	-
Imobilizado	7	-	-	555.881	579.988			4.368	17.948	231.792	271.551
Intangível		-	-	-	1	Patrimônio líquido	13				
		348.129	348.113	561.686	585.397	Capital social		288.383	288.383	288.383	288.383
						Reservas de lucros		55.399	42.162	55.399	42.162
								343.782	330.545	343.782	330.545
Total do Ativo		352.741	354.370	618.970	639.969	Total do passivo e patrimônio líquido		352.741	354.370	618.970	639.969

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICAS.A.  
CNPJ: 12.985.237/00001-58  
Demonstrações do resultado individuais e consolidados  
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida de vendas	14	-	-	121.412	116.522
(-) Custo dos produtos vendidos	15	-	-	(75.490)	(63.014)
(=) Lucro bruto		-	-	45.922	53.508
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	15	(28)	(53)	(7.445)	(7.173)
Resultado de equivalência patrimonial	6	17.345	23.310	-	-
Outras receitas/(despesas) líquidas	15	-	34	(103)	155
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		17.317	23.292	38.374	46.490
Receitas financeiras	16	59	88	5.883	5.229
Despesas financeiras	16	(2)	(2)	(21.138)	(22.974)
(=) Resultado financeiro líquido		57	86	(15.255)	(17.745)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		17.374	23.378	23.119	28.745
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	17	(14)	(21)	(5.759)	(5.388)
(=) Lucro líquido do exercício		17.360	23.357	17.360	23.357
Lucro líquido por ação		0,057	0,077	0,057	0,077

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICAS.A.  
CNPJ: 12.985.237/00001-58  
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados  
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2024	2024	2024
(=) Lucro líquido do exercício	17.360	23.357	17.360	23.357
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente do exercício	<u>17.360</u>	<u>23.357</u>	<u>17.360</u>	<u>23.357</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICAS.A.  
CNPJ: 12.985.237/00001-58  
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado  
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas		(Prejuízos) / Lucros acumulados	Total
			Legal	Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		288.383	1.813	22.540	-	312.736
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.357	23.357
Reserva legal	13.b	-	1.168	-	(1.168)	-
Dividendos propostos	13.c	-	-	-	(5.547)	(5.547)
Dividendos adicional	13.c	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	13.d	-	-	16.641	(16.641)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		288.383	2.981	39.181	-	330.545
Lucro líquido do exercício		-	-	-	17.360	17.360
Reserva legal	13.b	-	868	-	(868)	-
Dividendos propostos	13.c	-	-	-	(4.123)	(4.123)
Dividendos adicional	13.c	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	13.d	-	-	12.369	(12.369)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		288.383	3.849	51.550	-	343.782

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICAS.A.  
CNPJ: 12.985.237/00001-58  
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados  
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
(=) Lucro líquido do exercício		17.360	23.357	17.360	23.357
Itens que não afetam o caixa operacional					
(-) Resultado de equivalência patrimonial	6	(17.345)	(23.310)	-	-
(+) Depreciação e amortização	7	-	-	25.948	25.747
(+) Custo residual do ativo imobilizado		-	-	20.264	22.206
Reclassificação de despesas com arrendamento		-	-	(27)	-
(+) Juros e variações monetárias		-	-	394	36
		15	46	63.939	71.345
Aumento líquido/(Redução) nos ativos					
Aplicação financeira		232	(472)	(1.686)	13.612
Conta s receber		-	1.210	(244)	6.123
Estoques		-	-	(23)	-
Impostos a recuperar		(4)	(6)	(13)	(8)
Despesas antecipadas		-	-	(566)	(54)
Depósitos judiciais		-	-	(204)	-
Outras contas a receber		-	-	(193)	(5.305)
Aumento líquido /(redução) nos passivos					
Fornecedores		138	(280)	(975)	(2.214)
Obrigações tributárias		1	1	181	104
Outras contas a pagar		-	-	5.000	(73)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		382	499	65.216	85.530
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado		-	-	(834)	(8.600)
Dividendos recebidos	11	18.745	10.863	-	-
Partes relacionadas	11	-	18.240	-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		18.748	29.103	(834)	(8.600)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Partes relacionadas	11	(13.580)	(24.986)	(13.580)	(24.986)
Dividendos pagos	11	(5.547)	(4.618)	(5.547)	(4.618)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	10	-	-	(23.865)	(22.983)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	10	-	-	(18.587)	(20.855)
Arrendamentos pagos		-	-	(2.626)	(2.468)
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		(19.127)	(29.603)	(64.205)	(75.909)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		-	(2)	178	(980)
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		1	3	7	987
No fim do exercício		1	1	185	7
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		-	(2)	178	(980)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. (“Companhia”), atualmente com a sede no município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte, na Fazenda Boca de Campo, S/N, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 29 de outubro de 2010.

A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços em negócios de energia elétrica e apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; participação no capital social de outras sociedades que exerçam atividades de geração e comercialização de energia eólica, atuando como investidora em suas controladas.

As controladas da Companhia têm por objeto social a geração de energia elétrica através da fonte eólica, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, um complexo de cinco parques localizados nos municípios de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso, no Rio Grande do Norte, com um total de 71 aerogeradores, com sua potência instalada de 130MV.

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

#### 2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 27 de fevereiro de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### 2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### 2.3. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras Individuais E Consolidadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 7 - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Nota 8 - Provisões para desmobilização;
- Nota 12 - Provisão para demandas judiciais;
- Nota 18 - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras Individuais E Consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras Individuais E Consolidadas individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

### 3.3. Aplicação financeira

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

### 3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

### 3.5. Instrumentos financeiros

#### 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 3.5.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

#### 3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas).

Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

### 3.6. Investimento

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa; e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

### 3.7. Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas.

### 3.8. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

### 3.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São registrados pelas controladas pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

### 3.10. Arrendamento mercantil

#### 3.10.1. Definição de arrendamento

De acordo com o CPC 06 (R2) /IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

#### 3.10.2. Como arrendatário

As controladas arrendam imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2) /IFRS 16, a controladas reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). As controladas reconhecem os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

As controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da controlada.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a controlada alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 9.

### 3.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

### 3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R\$240 e 9% para contribuição social.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

### 3.13. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

### 3.14. Capital social

Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

### 3.15. Apuração do resultado

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

#### 3.15.1. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança.

### 3.15.2. Custo do serviço de energia elétrica

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

### 3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia adotou pela primeira vez os seguintes pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025:

#### 3.16.1. CPC 18 (R3) – “Investimentos em Coligadas e Controladas e Equivalência Patrimonial”;

Alteração ao CPC 18 (R3) que atualiza os critérios de mensuração e aplicação do método de equivalência patrimonial em consonância com os ajustes promovidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) ao IAS 28. A aplicação inicial desta revisão ocorreu no exercício de 2025, não gerando impactos materiais relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### 3.16.2. ICPC 09 (R3) – “Demonstrações Individuais/Separadas e Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”;

A nova versão da interpretação técnica ICPC 09 trata de questões práticas relativas à elaboração de demonstrações financeiras individuais/separadas e consolidadas, bem como a aplicação do método de equivalência patrimonial, harmonizando orientações brasileiras com as práticas internacionais. Sua adoção foi obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2025, sem efeitos significativos nas políticas contábeis da Companhia.

#### 3.16.3. Revisões do CPC 02 (R2) – “Efeitos de Mudanças nas Taxas de Câmbio”;

Foram incorporadas revisões ao CPC 02 (R2) com base em alterações internacionais relativas ao tratamento contábil quando a moeda de uma operação não é conversível, exigindo divulgações adicionais e critérios de mensuração mais detalhados sobre a não-exchangeability de moeda. A adoção inicial destas revisões ocorreu em 1º de janeiro de 2025, não tendo gerado impactos reconhecidos materialmente nas demonstrações da Companhia no exercício.

### 3.17. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2025.

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

- Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente a Companhia avaliou os efeitos de adoção destes pronunciamentos, revisões e interpretações exigidos a partir de 1º de janeiro de 2025 e concluiu que eles não geraram impactos materiais nas políticas contábeis, valores reconhecidos ou divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício de 2025, além das revisões de apresentação ou informação exigidas. Os itens foram incorporados conforme os requisitos de transição estabelecidos pelos respectivos pronunciamentos e normas regulatórias.

### 3.17.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações Financeiras individuais e consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Tipo de controle	Participação acionária - %	
		2025	2024
Forte Cante de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	100	100
SM Geração de Energia Eólica S.A.	Integral - Direto	100	100
Ventos de Santo Antônio Geradora Eólica S.A.	Integral – Direto	100	100
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral – Direto	100	100
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A.	Integral – Direto	100	100

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos conta movimento	1	1	185	7
Aplicações financeiras (a)	481	713	47.806	46.118
	<u>482</u>	<u>714</u>	<u>47.991</u>	<u>46.125</u>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 14,90% a.a. em 2025 (12,15% a.a. em 2024).

#### 5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber (a)	-	-	7.485	7.240
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.485</u>	<u>7.240</u>

- (a) O "Contas a receber" das controladas refere-se à comercialização de energia eólica através da Câmara de Comercialização de energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

#### 6. INVESTIMENTO

	Controladora	
	2025	2024
Saldo inicial	338.240	327.812
(+) Recebimentos de dividendos adicional (a)	(13.209)	(7.346)
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial (c)	17.345	23.310
(-) Dividendos propostos (b)	(4.120)	(5.536)
(=) Total da Movimentação de Investimento	<u>338.256</u>	<u>338.240</u>
Dividendos recebidos		
Dividendos mínimo recebidos de exercícios (a)	5.536	3.517
Dividendos adicional recebidos do exercício (a)	13.209	7.346
Total de Investimento	<u>18.745</u>	<u>10.863</u>

- (a) Durante o exercício foram recebidos de suas controladoras como distribuição de lucro o montante correspondente de R\$18.745 mil, desse valor R\$13.209 mil referem se a dividendos adicionais de 2025, e R\$5.536 mil de dividendo proposto em 2024 recebidos durante o exercício de 2025;
- (b) Dividendos proposto de conforme estatuto de suas controladas; e
- (c) Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas e representadas conforme demonstrado a seguir:

Controladas	Patrimônio Líquido 2024	Dividendos Adicional	Equivalência Patrimonial	Participação no Capital	Dividendos Mínimo	2025
Ventos de Santo Antônio	67.513	(2.337)	2.729	100%	(648)	67.257
Ventos do Canto de Baixo	72.919	(2.468)	3.201	100%	(760)	72.892
Ventos Parazinhenses	45.219	-	2.941	100%	(698)	47.462
SM Geração de Energia	67.529	(4.835)	3.971	100%	(943)	65.722
Forte Canto de Baixo	85.060	(3.569)	4.503	100%	(1.071)	84.923
	<u>338.240</u>	<u>(13.209)</u>	<u>17.345</u>		<u>(4.120)</u>	<u>338.256</u>

## 7. IMOBILIZADO

	Consolidado	
	2025	2024
Aerogeradores	507.140	528.889
Veículos	1.891	2.761
Instalações e benfeitorias	10.770	11.231
Equipamentos de informática	199	209
Máquinas e equipamentos	16.666	17.669
Móveis e utensílios	254	261
Direito de uso	507.140	18.968
	<u>555.881</u>	<u>579.988</u>

As suas controladas acompanham anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Consolidado	Taxa de Depreciação a.a.	2023	Adições	2024	Adições	2025
<b>Custo</b>						
Aerogeradores	-	661.852	-	661.852	299	662.151
Veículos	-	-	3.582	3.582	27	3.609
Instalações e benfeitorias	-	13.869	(43)	13.826	0	13.826
Equipamentos de informática	-	285	-	285	0	285
Máquinas e equipamentos	-	16.674	5.019	21.693	86	21.779
Móveis e utensílios	-	317	-	317	4	321
Imobilização de andamento	-	-	-	-	-	-
		<u>692.997</u>	<u>8.558</u>	<u>701.555</u>	<u>416</u>	<u>701.971</u>
<b>Depreciação</b>						
Aerogeradores	3,3	(110.898)	(22.065)	(132.963)	(22.048)	(155.011)
Veículos	25	-	(821)	(821)	(897)	(1.718)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(2.142)	(453)	(2.595)	(461)	(3.056)
Equipamentos de informática	4 a 25	(66)	(10)	(76)	(10)	(86)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(2.948)	(1.076)	(4.024)	(1.089)	(5.113)
Móveis e utensílios	-	(47)	(9)	(56)	(11)	(67)
		<u>(116.101)</u>	<u>(24.434)</u>	<u>(140.535)</u>	<u>(24.516)</u>	<u>(165.051)</u>
<b>Direito de uso</b>						
Contratos de arrendamento	-	25.807	(621)	25.186	1.398	26.584
(-) Amortização	-	(4.911)	(1.307)	(6.218)	(1.405)	(7.263)
		<u>20.896</u>	<u>(1.928)</u>	<u>18.968</u>	<u>(7)</u>	<u>18.961</u>
		<u>597.792</u>	<u>(17.804)</u>	<u>579.988</u>	<u>(24.107)</u>	<u>555.881</u>

## 8. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia e suas controladas possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos.

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Ativo</b>		
Direito de uso do ativo arrendado	26.584	25.186
Amortização do período	(7.263)	(6.218)
Saldo contábil líquido	<u>18.961</u>	<u>18.968</u>
	Consolidado	
	2025	2024
<b>Passivo</b>		
Arrendamento a pagar	2.467	2.468
(-) Juros a apropriar	(1.518)	(1.595)
	<u>949</u>	<u>873</u>
Arrendamento a pagar	33.276	33.585
(-) Juros a apropriar	(11.927)	(12.633)
Provisão de Desmobilização (a)	3.767	3.504
	<u>25.116</u>	<u>24.456</u>
Saldo contábil líquido	<u>26.065</u>	<u>25.329</u>

### Passivo total

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a., no início do reconhecimento, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento de suas controladas.

(a) A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	2025
2027	1.001
2028	1.077
2029	1.161
2030	1.251
2031	1.314
2032 em diante	15.545
	<u>21.349</u>

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

## 9. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	466	328	530	1.502
Conta a pagar (i)	-	-	5.000	-
	<u>466</u>	<u>328</u>	<u>5.530</u>	<u>1.502</u>

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica e contratação de seguros. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladas e coligadas.

- (i) Outras contas a pagar é composto por caução, essa garantia está vinculada ao contrato de venda de energia das controladas SM Geração de Energia e Ventos Parazinhenses, perante ao cliente apresentar a garantia bancária.

## 10. FINANCIAMENTOS E DEBENTURES

Correspondem às obrigações da Companhia junto as instituições financeiras conforme a seguir:

Abertura do Saldo Contábil	Consolidado	
	2025	2024
Financiamento BNB	233.412	257.588
Saldo contábil	<u>233.412</u>	<u>257.588</u>
Circulante	31.104	28.442
Não Circulante	202.308	229.146

#### Movimentação Consolidado

Saldo em 2024	Captação	Juros do exercício	Pagamento Principal + Juros	Saldo em 2025
257.588		18.276	(42.452)	233.412

As Controladas firmaram o contrato de financiamento junto à instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em dezembro de 2018, perfazendo um total de R\$402.800mil, na data de emissão. Os encargos incidentem a dívida corresponde a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, "pro rata die", com o vencimento final em 15 de janeiro de 2035.

Os recursos obtidos foram usados para construção dos parques eólico e as instalações das Controladas junto ao BNB, para recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

O contrato está garantido pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescidos de seus encargos.

## 11. PARTES RELACIONADAS

Descrição	Mútuo/ contas a Receber (ativo não circulante)		Mútuo/ contas a pagar (passivo não circulante)			
	Controladora (a)		Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ventos Parazinhenses	9.873	9.873	-	-	-	-
Serveng Energia Renováveis	-	-	4.368	17.948	4.368	17.948
	<u>9.873</u>	<u>9.873</u>	<u>4.368</u>	<u>17.948</u>	<u>4.368</u>	<u>17.948</u>

(a) Os saldos correspondem a valores a receber referente a mútuo com suas controladas;

Descrição	Dividendos a receber (ativo circulante)		Dividendos a pagar (passivo circulante)			
	Controladora		Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ventos de Santo Antônio	648	779	-	-	-	-
Ventos do Canto de Baixo	760	823	-	-	-	-
Forte Canto de Baixo	1.071	1.154	-	-	-	-
Ventos Parazinhenses	698	1.591	-	-	-	-
SM Geração de Energia	943	1.189	-	-	-	-
Serveng Energia Renováveis	-	-	4.123	5.547	4.123	5.547
	<u>4.120</u>	<u>5.536</u>	<u>4.123</u>	<u>5.547</u>	<u>4.123</u>	<u>5.547</u>

#### Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

## 12. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS

Suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas cível e ambiental. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita não haver provisão para riscos ambientais e cíveis com perdas prováveis.

### 12.1. Ações anulatórias

As controladas são partes em ações anulatórias de cobrança da taxa de alvará de localização e licenciamento de funcionamento do exercício de 2019 e 2020, questionando a ausência de proporcionalidade na alteração da base de cálculo da taxa. Atualmente o montante perfaz no valor de respectivamente de R\$315mil para 2019 e R\$315mil para 2020 em 31 de dezembro de 2024.

### 12.2. Ações cíveis

A controlada SM Geração de Energia é parte em ação de natureza cível através do polo passível, as quais têm como objeto, geralmente, discussões relativas à indenização por danos morais, cuja execução está sob responsabilidade da Serveng Civilsan S.A. Atualmente, a Companhia discuti nesta ação judicial cível o valor de R\$1.950mil em 31 de dezembro de 2025.

A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessas causas, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

## 13. PATRIMONIO LÍQUIDO

### (a) Capital Social

O capital social integralizado de R\$288.383 mil em 31 de dezembro de 2025, está representado por 304.320 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

### (b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R\$3.849mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$2.981mil em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Saldo inicial	2.981	1.813
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	868	1.168
	<u>3.849</u>	<u>2.981</u>

### (c) Dividendos mínimo

De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	17.360	23.357
Constituição da reserva legal (5%)	(868)	(1.168)
Base de Cálculo dos dividendos	16.492	21.189
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(4.123)	(5.547)
	<u>12.369</u>	<u>16.641</u>

### (d) Reserva Lucros

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo é de R\$ 51.550 mil (R\$39.181 mil em 2024).

## 14. RECEITA LIQUIDA

Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Receitas		
Venda de energia mercado livre	92.793	88.747
Venda de energia mercado CP	58	170
Venda de energia mercado regulado	33.270	32.019
Venda de energia elétrica múltiplo	-	-
	<u>126.121</u>	<u>120.936</u>
Impostos sobre faturamento		
PIS sobre faturamento	(819)	(786)
COFINS sobre faturamento	(3.780)	(3.628)
Vendas Cancelada	(110)	-
	<u>(4.709)</u>	<u>(4.414)</u>
Receita líquida	<u><u>121.412</u></u>	<u><u>116.522</u></u>

As receitas das controladas são reconhecidas por competência, pela comercialização das suas controladas. Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 5. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

## 15. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

### 15.1. Custos de operação e outras receitas/despesas operacionais

Classificação por função	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos produtos vendidos	-	-	(75.490)	(63.014)
Despesas administrativas e gerais	(28)	(53)	(7.445)	(7.173)
Resultado de equivalência patrimonial	17.345	23.310	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas	-	34	(103)	155
	<u>17.317</u>	<u>23.292</u>	<u>(83.038)</u>	<u>(70.032)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo de energia	-	-	(20.273)	(9.287)
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	(7.777)	(7.430)
Despesas com pessoal	-	-	(4.280)	(3.958)
Material	-	-	(1.076)	(837)
Serviços de terceiros	(25)	(24)	(18.512)	(17.777)
Depreciação e amortização (i)	-	-	(25.948)	(25.754)
Seguros	-	-	(3.193)	(3.446)
Tributos e taxas	(2)	(7)	(881)	(802)
Outras (despesas)/receitas operacionais	17.345	23.323	(1.098)	(741)
	<u>17.317</u>	<u>23.292</u>	<u>(83.038)</u>	<u>(70.032)</u>

## 16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LIQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	59	88	5.810	5.223
Outras	-	-	73	6
	<u>59</u>	<u>88</u>	<u>5.883</u>	<u>5.223</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	-	-	(18.300)	(20.258)
Juros sobre arrendamento	-	-	(1.701)	(1.655)
Despesas bancárias	(1)	(1)	(390)	(437)
Outras Despesas	(1)	(1)	(747)	(624)
	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>	<u>(21.138)</u>	<u>(22.974)</u>
Total	<u>57</u>	<u>86</u>	<u>(15.257)</u>	<u>(17.745)</u>

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE

### Reconciliação do imposto de e contribuição social

	Consolidado	
	2025	2024
Imposto de Renda		
Receita bruta	126.121	120.936
Alíquota	8%	8%
	<u>10.090</u>	<u>9.675</u>
Outras receitas, inclusive financeiras.	5.883	5.271
Base de cálculo	<u>15.973</u>	<u>14.946</u>
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(2.396)	(2.242)
Adicional federal de 10%	(1.471)	(1.366)
Imposto apurado	<u>(3.867)</u>	<u>(3.608)</u>
Contribuição social		
Receita bruta	126.121	120.936
Alíquota	12%	12%
	<u>15.135</u>	<u>14.513</u>
Outras receitas, inclusive financeiras.	5.883	5.271
Base de cálculo	<u>21.018</u>	<u>19.784</u>
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	<u>(1.892)</u>	<u>(1.780)</u>
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>(5.759)</u>	<u>(5.388)</u>
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	132.004	126.207
Imposto calculado (IR/CS)	<u>(5.759)</u>	<u>(5.388)</u>
	<u>4,36%</u>	<u>4,27%</u>

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

### 18.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas não reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas.

### 18.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	530	-	-
Financiamentos	31.104	62.208	141.100

### 18.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

### 18.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2025 a exposição máxima é de R\$55.746mil no consolidado e R\$482mil na controladora (R\$53.365 mil no consolidado e R\$715 mil na controladora em 2024) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

## 18.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

## 18.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações financeiras:

Consolidado	Valor contábil		Valor justo	
	2025	2024	2025	2024
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	7	7	7	7
Aplicações financeiras	46.118	46.118	46.118	46.118
Contas a receber	7.240	7.240	7.240	7.240
Outras contas a receber				
<b>Total</b>	<b>53.365</b>	<b>53.365</b>	<b>53.365</b>	<b>53.365</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	1.502	1.502	1.502	1.502
Financiamentos	257.588	257.588	257.588	257.588
<b>Total</b>	<b>259.090</b>	<b>259.090</b>	<b>259.090</b>	<b>259.090</b>

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

## 18.7. Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado	2025		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	185	-	-
Contas a receber	-	47.806	-
Outras contas a receber	7.485	-	-
<b>Total</b>	<b>7.670</b>	<b>47.806</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores	-	-	530
Contas a pagar	-	-	5.000
Financiamentos	-	-	233.412
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>238.942</b>

Consolidado	2024		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	-
Contas a receber	-	46.118	-
Outras contas a receber	7.240	-	-
<b>Total</b>	<b>7.247</b>	<b>46.118</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores	-	-	1.502
Financiamentos	-	-	257.588
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>259.090</b>

### 18.8. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

### 18.9. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 3 cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 14,90% (12,15% em 2024) para o CDI e 7,98% (7,43% em 2024) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
<b>Aplicação financeira</b>							
Receita financeira	5.883	CDI 14,90%	877	1.096	1.315	657	438
<b>Financiamentos</b>							
(-) Despesa financeira	(21.138)	TJLP 7,98%	(1.687)	(2.109)	(2.530)	(1.265)	(843)
<b>Resultado financeiro</b>			<b>(810)</b>	<b>(1.013)</b>	<b>(1.215)</b>	<b>(608)</b>	<b>(405)</b>

## 19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

Thadeu Luciano Marcondes Penido  
Diretor Presidente

Cleiton Lameira Falci  
CRC 1SP252875/O-1  
Contador